

05/04/2017 - CUT

CNBB apoia os sindicatos contra as reformas

Encontro com centrais sindicais reforçou a importância de esclarecer à sociedade os danos que as reformas de Temer causam aos trabalhadores



O Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, Dom Leonardo Ulrich Steiner recebeu o presidente da CUT Vagner Freitas, o diretor nacional da CTB Paulo Vinícius Santos da Silva, o secretário-geral da Intersindical Edson Carneiro (Índio) e do representante do MTST, Vitor Guimarães, para falar das reformas promovidas pelo governo ilegítimo que estão exterminando os direitos trabalhistas da sociedade brasileira.

O encontro aconteceu na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nesta quarta-feira (5), em Brasília, e serviu como ponto de partida do diálogo entre as centrais que representam a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Para o bispo, hoje a população precisa ter conhecimento das medidas que estão sendo tomadas pelos Três Poderes que comprometem as garantias já conquistadas desde a redemocratização, “é o momento de chegarmos nas pessoas pois a mídia não está possibilitando fazer com que a população entenda a gravidade do que está acontecendo e o que aparece nos meios de comunicação é muito favorável às reformas”, analisou Dom Leonardo.

Na ocasião, Vagner Freitas solicitou apoio da CNBB para a greve geral que será organizada pelas centrais sindicais no dia 28 de abril, “precisamos de apoio mais que político, humanitário! Hoje o aposentado é arrimo de família com o benefício da previdência, pois a maioria dos filhos e netos estão desempregados”. Freitas reafirmou que a nota da CNBB foi fundamental para alertar a sociedade dos malefícios da reforma da Previdência.

Para o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras

do Brasil (CTB), Paulo Vinícius (PV), vivemos um momento muito grave de ataque à democracia que se expressa também nas medidas contra os trabalhadores, aprovadas a toque de caixa. “Isso faz parte de um processo de desestabilização em toda América Latina”. Já Índio, da Intersindical, defendeu que a igreja tem capilaridade para aprofundar o debate, “é importante trazer elementos para a sociedade se proteger dessas medidas já que a ideia do Congresso é piorar a situação com a aprovação das reformas”.

Ao longo do encontro, Dom Leonardo ressaltou a importância dos sindicatos para a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e que é importante valorizar os movimentos sociais “e não deixá-los sozinhos neste momento”. Dom Leonardo se comprometeu, ainda, em levar à Assembleia Geral da CNBB, que acontece de 26 de abril a 05 de maio, o resultado da reunião de hoje como subsídio para redigir uma mensagem aos trabalhadores e trabalhadoras no dia Primeiro de Maio. Ele também manifestou profunda preocupação com a situação dos povos indígenas que ficaram ainda mais vulneráveis devido às medidas de desmonte das políticas indigenistas que estão sendo realizadas por Temer.

O encontro com a CNBB faz parte de uma ação que as centrais sindicais e os movimentos sociais estão fazendo para barrar as reformas propostas pelo governo sem voto de Michel Temer. Neste sentido, o apoio da sociedade civil organizada é essencial para a retomada da democracia e da estabilização das políticas sociais que hoje se encontram ameaçadas.



06/07/2017 - CUT

Classe trabalhadora do Brasil prepara greve geral para 28 de abril

As centrais sindicais brasileira estão unidas para a organização de uma greve geral da classe trabalhadora, contra a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Todas as categorias profissionais são chamadas a parar no dia 28 de abril. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) orienta seus Sindicatos a mobilizarem suas bases para que os jornalistas também participem da paralisação. "A greve será decisiva para mostrarmos que não admitimos o retrocesso histórico que está sendo proposto pelo governo golpista", afirma a presidenta da FENAJ Maria José Braga.

Os jornalistas – e também os radialistas – da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) já aprovaram, em assembleia realizada dia 31 de março, o estado de greve, com indicativo de paralisação, no próximo dia 28. Participaram da assembleia trabalhadores e trabalhadoras das quatro praças da EBC: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão.

Na assembleia, os jornalistas e radialistas aprovaram, ainda, uma Carta Aberta denunciando a censura interna que atinge os veículos da EBC, numa prática envolvendo assédio aos trabalhadores, proibição do uso de imagens e até demissões.

Leia mais em: <http://migre.me/wojID>

Terceirização: Vagner responde a Delfim

Por que Delfim não ataca o Sistema "S"?

O Conversa Afada reproduz texto de Vagner Freitas, presidente nacional da CUT: Delfim ataca sindicatos para defender precarização

Em artigo publicado na Folha de S Paulo desta quarta-feira (5), o ex-ministro da Fazenda de Costa e Silva e Médiçi, embaixador e assessor de outros ditadores, Antonio Delfim Netto, usa a tática da mentira, da enganagem, de ataque aos sindicatos como arma para defender a terceirização irrestrita, que reduz os salários e aumenta os lucros dos empresários. O título é apenas uma provocação barata, uma tentativa de jogar o leitor contra os sindicatos: "Campanha contra terceirização é artimanha dos sindicatos".

Delfim sabe que, no Brasil, terceirização é sinônimo de precarização e uma forma de burlar a lei. Terceirização tira direitos dos/as trabalhadores/as sim, ao contrário do que ele afirma em seu artigo. As terceirizadas não cumprem a CLT e a prova disso são os milhares de processos na Justiça do Trabalho de terceirizados demitidos sem receber sequer os últimos salários, sem direito a seguro-desemprego porque o patrão não depositou FGTS, nem o INSS, nem nenhum imposto devido. E o que fazem os donos

das terceirizadas? Fecham as portas, somem do mercado; e, depois, no futuro, abrem com nova razão social, em nome de um laranja.

A terceirização da mão de obra representa um enorme rebaixamento do contrato de trabalho. Teremos mais trabalhadores/as formalizados em empresas, porém, esses - e isso não é um chute, é fato comprovado por uma pesquisa séria feita pelo DIEESE -, ganharão menos (em média -23,4%); ficarão menos tempo em seus postos de trabalho – a rotatividade entre os terceirizados é de 57,7% contra 28,8% entre os empregados contratados diretamente pela empresa; trabalharão 3 horas a mais por semana; sofrerão mais acidentes de trabalho e estarão mais sujeitos a acidentes fatais, especialmente nos setores elétrico, de petróleo e na construção civil; serão mais vítimas de calote dos patrões (a incidência de não pagamento de contribuições previdenciária, FGTS e demais contribuições sobre folha, assim como de verbas rescisórias e mesmo salários, é muito maior nas empresas terceirizadas do que nas contratantes); e estarão entre as possíveis vítimas de trabalho escravo.

Leia mais em: <http://migre.me/wojah>

06/04/2017 - Tele Time

Chance de intervenção do governo na Oi aumenta, diz Kassab

Com o passar do tempo, aumenta a chance de intervenção do governo na Oi. A afirmação é do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, que esteve nesta quinta-feira, 6, reunido com a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, no Ministério da Fazenda, em Brasília.

Kassab disse que à medida que o tempo passa é "evidente" que a solução para a crise da Oi está distante ou está havendo dificuldade. Ele reiterou que o governo espera que haja uma solução de mercado para a empresa, em recuperação judicial. Mas confirma que vai mesmo editar uma medida provisória com regras para fazer a intervenção. A norma vai permitir que a dívida da Oi com a Anatel e Advocacia-Geral da União,

em torno de R\$ 20 bilhões, possa ser parcelada.

"Quando surgiu essa hipótese de intervenção em uma concessão, o governo despertou para ter uma legislação mais ampla, porque temos hoje diversas concessões no Brasil e o que está acontecendo eventualmente pode acontecer em outra concessão. Mas, por ser ampla, precisa ser elaborada com muito cuidado. O capital privado precisa ter segurança. Não pode achar que o governo pode, a qualquer momento, intervir", disse.

O Grupo Oi, que detém o maior número de clientes de telefonia fixa do País, entrou com pedido de recuperação judicial em junho de 2016, com dívida perto de R\$ 65 bilhões. O processo tramita na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.



06/04/2017 - Convergência Digital

Usuários dos serviços de telefonia, internet e TV paga pagaram R\$ 64 bilhões em impostos em 2016

Os usuários dos serviços de telecomunicações pagaram R\$ 64 bilhões em tributos em 2016, o que representa um crescimento de 6% em relação a 2015, de acordo com balanço da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Isso significa que a cada hora foram pagos R\$ 7 milhões em tributos, no ano passado. Não só o valor total vem crescendo, mas também o peso que os tributos têm nas contas de serviços de telefonia fixa e celular, banda larga e TV por assinatura.

No ano passado, os tributos representaram 47% da receita líquida, contra 43% do ano anterior. Numa conta de celular, por exemplo, em que o serviço prestado seja de R\$ 10,00,

o valor total a ser pago pelo usuário é de R\$ 14,70, em função dos tributos. Em alguns Estados, essa conta é ainda maior, chegando a R\$ 16,80, de acordo com a alíquota do ICMS que é diferente em cada unidade da federação: de 25% a 35%.

O aumento do peso dos tributos é ainda mais relevante se considerarmos que a base de serviços de telecomunicações teve uma redução significativa no ano passado, com a perda de 15 milhões de clientes. Desde 2002, os tributos sobre esses serviços já somam R\$ 681 bilhões. Esse volume de impostos é resultado de uma das maiores cargas tributárias do mundo incidente sobre serviços fundamen-

tais para o desenvolvimento de uma nação, como é a banda larga, por exemplo.

Entre os tributos, o que tem o maior impacto nas contas de serviços de telecomunicações é o ICMS, recolhido pelos governos estaduais. No ano passado, foram arrecadados R\$ 34 bilhões em ICMS, o equivalente a 8,4% de tudo o que os Estados arrecadam com esse imposto. Também são repassados aos cofres públicos recursos dos fundos setoriais de telecomunicações, que em 2016 somaram R\$ 4,6 bilhões.

Leia mais em:

<http://migre.me/wojhM>

07/04/2017 - Convergência Digital

Anatel mantém Oi com Poder de Mercado Significativo em SP

Mesmo com uma participação que jamais foi muito grande e que define ano a ano no mercado de telefonia móvel de São Paulo, a Oi não conseguiu da Anatel a descaracterização de seu Poder de Mercado Significativo no estado. A descaracterização como PMS permitiria à operadora pagar valores mais baixos a título de tarifa de interconexão, por exemplo.

A possibilidade de tirar o PMS da Oi móvel em São Paulo foi originalmente proposta pela área técnica, mas a hipótese foi negada pelo primeiro relator, ainda Rodrigo Zerbone. O tema voltou a ser tratado quando, após

pedido de vista, Igor de Freitas entendeu por acompanhar a sugestão da área técnica.

“Ficou evidenciado que a Oi não compete em igualdade de condições com os demais prestadores nos mercados das Regiões II e III do PGA, onde dispõe de menos de 15% de participação da receita com serviços móveis e aproximadamente 14% dos acessos, indicando que o ônus regulatório pode impor efeito inverso sobre a competição do varejo de serviços móveis nessa região”, argumentou.

Diante da vice-liderança da Oi no Distrito Federal, Rondônia e Tocantins, o conselheiro

descartou a descaracterização na Região II, mas sustentou a medida como válida para São Paulo. Ali, onde há dois anos a tele chegava a 14% do mercado, essa participação, atualmente, está ao redor de 10%.

No voto seguinte, porém, Aníbal Diniz argumentou que a participação de mercado seria pouco motivo para rever a condição de PMS. E no fim, acompanharam essa posição Otávio Rodrigues e Juarez Quadros. Com o voto de Zerbone, deu-se a maioria por manter a condição da tele em SP.

07/04/2017 - Tele Síntese

Varejo fatura 14,6% mais com celulares e telefones fixos em 2016

Jás as vendas de dispositivos de informática encolheram 16,7% no ano, em relação a 2015

No 4º trimestre do ano passado, o faturamento com venda de equipamentos de telecomunicações ao consumidor cresceu 24,8% em relação ao mesmo período de 2015 no varejo. O dado foi levantado pela empresa de pesquisa GfK, que considera uma cesta de equipamentos composta por telefones fixos, feature phones e smartphones.

No acumulado do ano, as vendas desses dispositivos cresceram 14,6% sobre 2015. Segundo a GfK, os smartphones com tecnologia 4G foram a categoria de maior destaque, uma vez que sua participação no total das vendas de telecom saltou de 42% em 2015 para 89%

em 2016.

A mesma pesquisa indica que o avanço não se repetiu no segmento de informática. O faturamento em vendas do mercado de computadores de mesa, monitores e notebooks sofreram queda de 16,7% em 2016, em comparação com o ano anterior.

Os dados são parte de estudo sobre as vendas bens duráveis no varejo nacional. A retomada das vendas de celulares e de eletroportáteis garantiram a expansão das receitas de bens duráveis no país em 2016, que avançaram 1% em relação a 2015.

07/04/2017 - Telesíntese

Anatel estuda destinar mais 390 MHz para a banda larga móvel

A área técnica da Anatel já concluiu os estudos, que começarão a ser encaminhados para a avaliação do Conselho Diretor, sobre quais deverão ser as frequências a comportar as novas demandas por comunicação de dados da 5G. Voltará para a pauta a faixa de 3,5 GHz e novas propostas no mínimo ousadas, como TDD móvel. As informações foram divulgadas por Agostinho Linhares, gerente de frequência.

A Anatel está ultimando os estudos para a oferta de mais frequência para a telefonia celular, já se preparando para a forte demanda por mais comunicação de dados que virá com a 5G.

Conforme a proposta da área técnica, a agência está pretendendo alocar mais 390 MHz para o SMP, nas seguintes frequências:

90 MHz no intervalo entre 1.518-1.527 MHz

100 MHz (TDD) no intervalo entre 2.300-2.400 MHz

200 MHz no intervalo 3.400-3.600 MHz

Essa proposta ainda precisará ser aprovada pelo conselho diretor da agência, informou Agostinho Linhares, gerente de frequência da Anatel.

450 MHz

Quanto à faixa de 450 MHz, que foi leiloada juntamente com a de

2,5 GHz para as operadoras de celular, Agostinho explicou que elas não foram devolvidas à Anatel, conforme havia rumores no mercado, mas que de fato ainda não foram ocupadas pelas operadoras que participaram do leilão realizado em 2012

Ele explicou, no entanto, que a agência ainda não decidiu o que será feito com esse espectro, e algumas alternativas estão sendo estudadas. Entre elas, poderá ser usada para que as operadoras cumpram a política do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ou poderá ser direcionada para novas aplicações, como a LTE-R – para infraestrutura de ferrovias e metrô, a exemplo do que está sendo feito na China. Há ainda o pleito das concessionárias de energia elétrica. “O mais importante é que a frequência não pode ficar desocupada”, assinalou.

A jornalista viajou a convite da UTCLA

06/04/2017 - Telesíntese

Carga tributária sobre telefonia, Banda larga e TV bate recorde

Setor pagou R\$ 64 bilhões em impostos incidentes apenas sobre as contas dos usuários, conforme levantamento da Telebrasil, entidade que representa as operadoras

Os usuários dos serviços de telecomunicações pagaram no ano passado R\$ 64 bilhões em tributos, o que representa um crescimento de 6% em relação a 2015, de acordo com balanço da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). O valor é o mais alto já registrado pelo setor, desde 2002, início das comparações.

A arrecadação cresceu em função não do aumento da base de usuários, que encolheu, mas devido ao aumento dos impostos incidentes sobre os serviços. “Em 2016, os tributos representaram 47% da receita líquida, contra 43% do ano anterior. Numa conta de celular, por exemplo, em que o serviço prestado seja de R\$ 10, o valor total a ser pago pelo usuário é de R\$ 14,70, em função dos tributos. Em alguns Estados, essa conta é ainda maior, chegando a R\$ 16,80, de acordo com a alíquota do ICMS que é diferente em cada unidade da federação: de 25% a 35%”, afirma a Telebrasil.

Em 2016, a base de usuários dos serviços de telecomunicações no país diminuiu em 15 milhões de clientes. Desde 2002, os tributos sobre esses serviços já somam R\$ 681 bilhões. Entre os tributos, o que tem o



maior impacto nas contas de serviços de telecomunicações é o ICMS, recolhido pelos governos estaduais. No ano passado, foram arrecadados R\$ 34 bilhões em ICMS, o equivalente a 8,4% de tudo o que os Estados arrecadam com esse imposto.

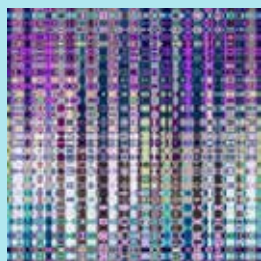
Também são repassados aos cofres públicos recursos dos fundos setoriais de telecomunicações, que em 2016 somaram R\$ 4,6 bilhões. Foram recolhidos R\$ 2,6 bilhões para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), R\$ 1,4 bilhão para o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) e R\$ 617 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Além disso, foram recolhidos R\$ 1 bilhão para a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e R\$ 100 milhões para a Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP).

Esses números levam a entidade a pedir desoneração como forma de incentivar a disseminação dos serviços. “Com menos impostos, os serviços ficariam mais acessíveis ao cidadão e às microempresas”, argumenta. (Com assessoria de imprensa)

07/04/2017 - Telesíntese

O Refarming da faixa de 1,8 GHz deve estar concluído em 2020 no Brasil

A Anatel espera que as operadoras de celular substituam o serviço de voz em 2G e ponham no lugar a tecnologia 4G nessa frequência em três anos



A Anatel tem a expectativa de que as operadoras façam completo refarming da frequência de 1,8 GHz até o ano de 2020, onde está atualmente a tecnologia GSM (de segunda geração, 2G) e substituam essa tecnologia pela LTE, ou 4G. Segundo o gerente de frequência da agência, Agostinho Linhares, não será publicada qualquer norma obrigando as empresas cumprirem essa data como prazo limite, mas os técnicos estão conversando com operadoras sobre o uso eficiente do espectro como um dos requisitos para a ampliação da capacidade espectral.

Segundo Linhares, com esse refarming – que está sendo encampado pelas operadoras, explicou, – a tecnologia 2G ficaria restrita aos serviços de M2M e outras aplicações bem específicas. Na faixa de 800 MHz, assinalou ele, o refarming ainda não precisa ser feito porque a maioria das empresas ocupa esse espectro com a tecnologia WCDMA (ou tecnologia 3G).

Quanto aos “White Spaces” – ou a destinação para o serviço de telecom da frequência não ocupada entre os canais analógicos de TV – Linhares explicou que a agência decidiu esperar pelo processo de digitalização dos sinais de televisão antes de se debruçar sobre o assunto.

A jornalista viajou a convite da UTCAL

06/04/2017 - Convergência Digital

Oi negociou R\$ 130 milhões em bens reversíveis e Anatel aplica multa de R\$ 11 mil

A Anatel deu nesta quinta, 06/04, um exemplo sobre porque o tema dos bens reversíveis é tão sensível no setor de telecomunicações – mais ainda no momento em que se pretende negociar esse patrimônio em troca de investimentos em banda larga. Apesar de comprovar que a Oi vendeu ou deu em garantia em processos judiciais, em um único caso, R\$ 130 milhões em bens reversíveis, a agência entendeu que a multa deverá ser de R\$ 11,5 mil. Ou 0,006% do valor envolvido na irregularidade.

Trata-se de um processo que envolve apenas uma das várias investigações abertas no regulador sobre as alienações ou onerações de bens reversíveis – como reconhecido e manifestado pelos conselheiros durante a reunião desta quinta-feira. O caso, aberto em 2008, nasceu com a constatação de que a operadora dera bens como garantia em processos judiciais (onerações), o qual depois identificou também alienações. Nas contas da agência, os 38 imóveis envolvem valores que superam os R\$ 130 milhões, sendo pelo menos R\$ 3,5 milhões em vendas diretas.

Levou anos para o processo chegar ao Conselho Diretor até, que em setembro de 2016, o ainda conselheiro Rodrigo Zerbone, relator do caso, sustentou que a multa original aplicada pela área técnica, de R\$ 11,5 mil, “claramente não atende ao critério dissuasório da conduta infrativa, sendo também desproporcional à gravidade da infração cometida”. Por isso, defendeu elevar a multa para R\$ 6,4 milhões, além de determinar o depósito de R\$ 3,5 milhões em conta vinculada, referentes ao valor que teria sido obtido com as alienações.

Tendo pedido vista do processo, o conselheiro Aníbal Diniz discordou da reforma do valor e defendeu que prevalecesse a multa defi-

nida pela área técnica. Ou ainda, propôs na verdade reduzi-la de R\$ 11.559,18 para R\$ 11.538,08. O conselheiro sustentou que a agência não deveria modificar a metodologia original. A proposta ensejou novo pedido de vista, desta vez por Igor de Freitas, que retomou a revisão do valor sugerida inicialmente pelo relator.

“Salta aos olhos a exiguidade do valor original da multa diante do valor dos bens onerados e alienados. Acresça-se a isso o fato de serem bens que funcionalmente estavam relacionados a prestação do serviço”, sustentou Freitas no voto que defendeu a elevação da multa para R\$ 6,4 milhões. Não foi o suficiente para convencer a maioria.

Em que pese concordar com o argumento, e alegando “profundo desconforto”, Otávio Rodrigues acompanhou Diniz por entender que não caberia adotar um conceito subjetivo como a alegada falta de proporcionalidade – e com isso endossou também a multa em R\$ 11,5 mil. Mesmo sendo de opinião de que “a concessionária em tem já uma reiterada prática de violação ao regulamento dos bens reversíveis e é óbvio que esta multa não tem caráter dissuasório”. O presidente da Anatel, Juarez Quadros, fechou o placar em 3 a 2 ao também manter a multa em R\$ 11,5 mil.

Por fim, os conselheiros aprovaram uma requisição à área técnica para que em 180 dias apresente um relatório sobre as alienações de imóveis da Oi ao longo dos últimos cinco anos. A tarefa, porém, é uma repetição tímida de uma determinação já feita pelo Tribunal de Contas da União, que exigiu um relatório completo sobre as transações com bens reversíveis. Em tempo: o próprio TCU já atestou que o controle da Anatel sobre esses bens é pra lá de falho e que há alienações feitas pelas concessionárias que a agência jamais tomou conhecimento.

07/04/2017 - Convergência Digital

Anatel descarta degradação dos serviços da Oi como razão de possível intervenção

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juares Quadros, disse nesta quinta-feira que a operadora Oi, que está em recuperação judicial, têm mantido a qualidade dos serviços. "Não tem havido degradação da qualidade dos serviços praticados", disse Quadros. Segundo ele, a questão da qualidade, portanto, não seria justificativa para uma eventual intervenção federal na empresa. Ponto já ressaltado pela própria Oi, por meio, de comunicado do seu presidente, Marco Schroeder.

Mas Quadros destacou que a legislação prevê que outras questões poderiam levar a uma intervenção, como a capacidade de manter um nível de investimentos, "acompanhando o padrão das demais operadoras"

e uma solução da dívida com o governo e demais credores. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, declarou, em Brasília, que com o passar do tempo, aumenta a chance de intervenção na Oi.

"À medida em que o tempo passa é evidente que a solução está distante ou está havendo dificuldade. O governo entende que, na medida em que o tempo esteja passando, aumenta a chance de intervenção", sustentou o ministro.

Kassab reiterou que o governo espera uma solução de mercado para a empresa, em recuperação judicial. Mesmo assim, deve editar uma medida provisória com regras para fazer a intervenção. "Quando surgiu essa hipótese

de intervenção em uma concessão, o governo despertou para ter uma legislação mais ampla, porque temos hoje diversas concessões no Brasil e o que está acontecendo eventualmente pode acontecer em outra concessão. Mas, por ser ampla, precisa ser elaborada com muito cuidado. O capital privado precisa ter segurança. Não pode achar que o governo pode, a qualquer momento, intervir", disse.

O Grupo Oi, que detém o maior número de clientes de telefonia fixa do país, entrou com pedido de recuperação judicial em junho de 2016. O processo tramita na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e envolve sete empresas acionistas da companhia. A empresa, que tem dívida de quase R\$ 70 bilhões, registrou prejuízo de R\$ 7,1 bilhões em 2016.

06/04/2017 - Vermelho

Débitos de empresas com FGTS aumentam 40% em 2016



As irregularidades no recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aumentaram 39,8% no ano passado, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Ao todo, foram apontadas 43,4 mil infrações, equivalente a R\$ 3,13 bilhões que não foram depositados pelos empregadores. A estimativa,

porém, é que as irregularidades alcançam 2,8 milhões de empresas, sendo que apenas 14,8 mil sofreram autuações no exercício passado.

O crescimento dos registros de infrações é atribuído ao agravamento da crise econômica, que trouxe dificuldades no cumprimento das obrigações pelas empresas. O ritmo lento da retomada da economia também deve resultar em um crescimento das infrações ao longo deste ano.

07/04/2017 - Rede Brasil Atual

Governo Temer recua e mudará cinco pontos na reforma da Previdência

Segundo o relator da PEC 287, deputado Arthur Maia, será mantida a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres

Após a crescente resistência de parlamentares contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, a reforma da Previdência, o governo Michel Temer anunciou que fará mudanças no projeto. O recuo será em cinco pontos: a aposentadoria de trabalhadores rurais, os benefícios de prestação continuada (BPC), as pensões, a aposentadoria de professores e policiais e as regras de transição para o novo regime previdenciário.

O anúncio foi feito ontem (6) pelo relator da matéria na Câmara, Arthur Maia (PPS-BA), após reunião com o presidente Temer e os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil). Segundo o deputado, será mantida a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres.



As mudanças acontecem logo após o jornal O Estado de S. Paulo divulgar uma pesquisa que mostra a rejeição de 251 deputados à proposta – número suficiente para barrar a mudança nas

regras das aposentadorias.

Em entrevista ao repórter Uélson Kalinowski, da TVT, o deputado de oposição Glauber Braga (Psol-RJ) lembrou que a proposta sofre resistência até dos aliados do governo e que o número de votos a favor da reforma não chegaria a 100, quando são necessários 308 votos. "Mais de 240 já se manifestaram contra o desmonte da Previdência pública e esse número só vai aumentar, porque após a primeira listagem ser divulgada aqueles que estão em cima do muro vão dizer "não" à reforma."

06/04/2017 - CUT

Terceirização mata mais dois trabalhadores na Petrobrás

As vítimas eram dois funcionários da empresa Relimp, que presta serviços



A relação direta entre terceirização e precarização se revela na pior das consequências deste processo: a morte por acidentes de trabalho. Na última semana, no dia 31 de março, quando as centrais sindicais protestavam contra a lei que amplia sem restrições a terceirização para todas as atividades e setores econômicos do país, mais dois trabalhadores terceirizados da Petrobrás morreram em um acidente na Bahia.

Os dois eram funcionários da empresa Relimp, que presta serviços para a petrolífera nas áreas de produção terrestre. O acidente ocorreu no campo de Miranga, durante uma atividade de transporte e coleta de óleo entre os poços. A carreta que fazia o serviço tombou sobre as linhas de produção de óleo e gás, matando a motorista e o ajudante. O Sindipetro-BA está buscando a participação na comissão que apura o acidente, cujas causas ainda não foram esclarecidas.

No Sistema Petrobrás, a terceirização mata oito em cada 10 trabalhadores vítimas de acidentes. Só nos últimos três anos, 33 terceirizados morreram a serviço da empresa, contra 08 trabalhadores próprios mortos em acidentes. Somando todos os registros que a FUP tem de acidentes fatais desde 1995, chegamos a absurda marca de 81% das ocorrências terem sido com trabalhadores terceirizados.

Ao longo deste período, 370 petroleiros foram vítimas da insegurança crônica que ceifa vidas, sem que mudanças estruturais na gestão da Petrobrás ocorram para evitar esta carnificina. Os trabalhadores terceirizados, no entanto, sempre foram os mais expostos aos riscos e à precarização: 301 morreram desde 1995, contra 69 funcionários próprios.

Lei sancionada por Temer oficializa precarização

Com a aprovação e sanção da lei que amplia a terceirização para as atividades-fim, sem garantias que preservem de fato os direitos e a vida dos trabalhadores, a precarização crescerá consideravelmente, aumentando ainda mais os riscos de acidentes. O dossiê produzido

pela CUT e Dieese em 2015, "Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha", aponta que na maioria dos setores produtivos cujas atividades já são terceirizadas, os acidentes vitimam sete vezes mais os trabalhadores terceirizados.

No setor elétrico, por exemplo, a relação é semelhante a da Petrobrás: 80% dos acidentes são com trabalhadores terceirizados. Na construção civil, levantamento feito em 2013, quando o setor era um dos que mais empregava no país, das 208 mortes registradas entre os trabalhadores, 141 foram com terceirizados.

"Ao terceirizar, as empresas contratantes transferem para empresas menores a responsabilidade pelos riscos de seu processo de trabalho, isto é, terceiriza-se ou mesmo quarteriza-se os riscos impostos por sua atividade de trabalho para empresas, que nem sempre têm condições tecnológicas e econômicas para gerenciá-los", destaca o estudo do Dieese.

O dossiê revela ainda que os efeitos da terceirização estão na contramão do desenvolvimento ao trazer à tona relações arcaicas de trabalho, que ferem os preceitos de igualdade. Tomando como base dados de 2013, o estudo apontou que os cerca de 12,7 milhões de trabalhadores terceirizados na época recebiam, em média, 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas. Além disto, os terceirizados tinham uma jornada semanal de três horas a mais.

28 de abril é greve geral

O golpe sempre foi contra os trabalhadores. É preciso reagir duro aos ataques do desgoverno Temer. As manifestações dos dias 15 e 31 de março foram o aquecimento para a grande e unitária greve geral que as centrais estão convocando para o dia 28 de abril. Essa luta é em defesa da vida, do emprego decente, dos direitos conquistados há décadas, do patrimônio público, da soberania e da democracia.